



# “UM TRABALHO DE PROTEÇÃO ÀS COISAS DE VALOR HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO RIO GRANDE DO NORTE”: Memória, Patrimônio e Identidade Norte-rio-grandense na atuação de Oswaldo de Souza junto à diretoria do patrimônio histórico e artístico nacional (1961-1965)

“A work to protect the things of historical and artistic value of rio grande do norte”: memory, heritage, and identity of rio grande do norte in the oswaldo de souza’s performance alongside the direction of national historical and artistic heritage (1961-1965)

**Autor:** Gideão Pedro Galvão<sup>26</sup>

Esta comunicação expõe as primeiras reflexões de nossa pesquisa de mestrado em História, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na qual investigamos a política de patrimonialização empreendida por Oswaldo Câmara de Souza (1904-1995), durante sua representação junto à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio Grande do Norte (DPHAN-RN), especificamente entre os anos de 1961 e 1965, para compreendermos a relação entre memória, patrimônio e identidade norte-rio-grandense então estabelecida. Esse recorte temporal foi traçado em virtude do período de ingresso de Oswaldo Câmara de Souza na DPHAN-RN, em 1961, e do último tombamento realizado por sua gestão, em 1965. Iniciados os serviços patrimoniais, ocorreram uma série de tombamentos de bens materiais no Estado de maneira não vista nas administrações anteriores nem posteriores à de Oswaldo de Souza. Isso nos conduz ao entendimento de que mapear, inventariar e tombar foi um trabalho em sintonia com as políticas patrimoniais desse período, que tinha nos bens materiais sua maior atenção. Em termos teórico-historiográficos, trabalhamos com a relação memória, identidade e patrimônio a partir de autores como Aleida Asmann (2011), Durval Muniz de Albuquerque Junior (2011), Marcia Chuva (2009) e Cecília Londres Fonseca (2003). Metodologicamente, analisamos os relatórios enviados por Oswaldo de Souza ao DPHAN, os processos de instrução dos bens tombados e os jornais do período que transmitiam informações sobre os tombamentos para o grande público; e, também, as trocas de correspondências entre Oswaldo de Souza e intelectuais como Luís da Câmara Cascudo e Rodrigo Melo

<sup>26</sup> O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi oficialmente instituído por lei em 1937, tendo passado por diferentes organizações e denominações até ser transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1970. Entre 1946 e 1969, foi denominado de Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN).



Franco de Andrade, pois acreditamos na existência de um diálogo que resultou na definição de processos identitários em torno dos bens históricos e artísticos do Estado do Rio Grande do Norte no recorte temporal em destaque.

**Palavras chave:** Oswaldo de Souza; Memória; Identidade; Patrimônio

This communication exposes the first reflections of our master's research in History, at the Federal University of Rio Grande do Norte, in which we investigated the patrimonialization policy undertaken by Oswaldo Câmara de Souza (1904-1995), during his representation at the Directorate of National Historical and Artistic Heritage in Rio Grande do Norte (DPHAN-RN), specifically between 1961 and 1965, in order to understand the relationship between memory, heritage Rio Grande do Norte identity then established. This time frame was drawn up due to the period when Oswaldo Câmara de Souza joined DPHAN-RN, in 1961, and the last listing carried out by his management, in 1965. Once patrimonial services began, a series of material assets were listed in the State in a manner not seen in previous or later administrations. This leads us to the understanding that mapping, inventorying and listing was a work in line with the heritage policies of that period, which focused most on its attention on material assets. In theoretical-historiographic terms, we work with the relationship between memory, identity and heritage based on authors such as Aleida Asmann (2011), Durval Muniz de Albuquerque Junior (2011), Marcia Chuva (2009) and Cecília Londres Fonseca (2003). Methodologically, we analyzed the reports sent by Oswaldo de Souza to DPHAN, the processes of investigation of listed assets and the newspapers of the period that transmitted information about the listings to the general public; and also the exchanges of correspondence among Oswaldo de Souza and intellectuals such as Luís da Câmara Cascudo and Rodrigo Melo Franco de Andrade, as we believe in the existence of a dialogue that resulted in the definition of identity processes around the historical and artistic assets of the State of Rio Grande do Norte in the highlighted time frame.

**Keywords:** Oswaldo de Souza; Memory; Identity; Heritage



## OSWALDO DE SOUZA, O DPHAN/RN E A POLÍTICA PATRIMONIAL NO RIO GRANDE DO NORTE A PARTIR DA DÉCADA DE 1960.

Ao investigar o serviço patrimonial de Oswaldo de Souza no Rio Grande do Norte, é perceptível que durante a sua gestão como representante do DPHAN/RN<sup>27</sup> a prática de tombamento foi algo que ganhou destaque. O alcance dessa medida não se assemelhou nem antes e nem depois da sua gestão. Todavia, a prática de tombamento é apenas um dos aspectos da sua política patrimonial que podemos destacar nesse período. Outras situações importantes recebem olhares quando o investigador se debruça por essas veredas de pesquisa. Portanto, Oswaldo de Souza e sua gestão não ficaram restritos às series de tombamentos, ainda que se fosse apenas isso, já teria um significado peculiar.

O que podemos acrescentar a essa problemática é que ao iniciar o mapeamento dos Bens Históricos e Artísticos do Rio Grande do Norte, Oswaldo de Souza tentou construir uma identidade Norte Rio-Grandense a partir dos monumentos que encontrava e inventariava. Em outras palavras, sua ação não era resumida ao preservar e proteger, mas existia uma preocupação antropológica em suas demandas, talvez essa sensibilidade artística seja decorrente do fato de que Souza era músico e isso cooperou na harmonia entre práticas patrimoniais técnicas e visões artísticas. Ademais, situações de valor de memória e identidade<sup>28</sup> por exemplo, eram visualizadas em seus relatórios (2019) enviados ao DPHAN. Um pouco das suas inquietações pode ser observado na referência abaixo:

*Ao darmos início ao trabalho de proteção às coisas de valor histórico e artístico do Rio Grande do Norte, não tínhamos lembrança da existência de*

<sup>27</sup> Pensamos inicialmente os conceitos de identidade e memória a partir de Durval Muniz (2011) e Aleida Assman (2011). Entretanto, nesse artigo outros autores amplificaram essa discussão teórica, foram eles: Michael Pollack (1992) e Pierre Nora (1993).

<sup>28</sup> Para compreender melhor o decreto mencionado, segue uma referência do assunto: Decreto-Lei n.º 25 de 30 de novembro de 1937 in: Proteção e Revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória, p. 111-119.



qualquer tentativa séria (grifo nosso). Objetivando preservá-las. Havia, mesmo, quem achasse que os poucos bens que possuímos, postos em confronto com o que havia em outros Estados, eram insignificantes, tão pobres que nem mereciam a nossa atenção. Quando aqui chegamos em setembro de 1961, havia no Estado um único monumento tombado e restaurado pelo IPHAN: o FORTE DOS REIS MAGOS. Pelos primeiros bens por nós inventariados, logo nos demos conta de que havia no Rio Grande do Norte elementos representativos da arquitetura civil e religiosa, peças de estatuária sacra, um regular número de valiosos bens-testemunho de que não foi vã a nossa preocupação em integrá-los ao acervo do patrimônio histórico e artístico nacional (Souza, 2019, p. 18-19).

Na referência supracitada, uma inquietação do Oswaldo de Souza é destacada e ela se refere a uma visão que existia na época de que no estado potiguar os bens eram insignificantes, comparados a outros estados brasileiros (SOUZA, 2019). Essa questão parece ter ecoado bastante pois na entrevista concedida ao programa *Memória Viva* no ano de 1983 e transformada em livro em 1998, Souza relembrava esse fato e destaca que foi encorajado a não aceitar o convite no início dos anos de 1960 a tornar-se o representante do DPHAN/RN porque o estado não possuía grandes monumentos semelhantes aos que existia em estados vizinhos e outros mais distantes como a Bahia e Minas Gerais (MEMÓRIA VIVA, 1998).

Ademais, é perceptível ainda as demandas patrimoniais destacando o fato de que apenas o Forte do Reis Magos era tombado pelo instrumento de preservação criado pelo decreto-Lei de 1937<sup>29</sup>, dando a esse monumento maiores cuidados e evitando reparos que o desconfigurassem. Tal preocupação inicial motiva Oswaldo de Souza a buscar e mapear outros bens materiais no estado que à semelhança do forte, também receberiam uma proteção e preservação adequada.

É necessário explicitar que Souza estava exercendo sua atuação de acordo com as demandas do DPHAN a nível Nacional que eram focadas nos bens materiais que tivessem um apelo ao passado colonial e imperial brasileiro. Dessa maneira, Oswaldo

<sup>29</sup> Estratégia aqui é compreendido a partir das inquietações teórica de Michel de Certeau: Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se tornam possíveis a partir do momento em que um sujeito de querer e poder [...] pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio. (Certeau, 1998, p. 99)



de Souza inseriu o Rio Grande do Norte numa política do patrimônio nacional. Almir Felix escreve o seguinte sobre o tema:

A pesquisa de Oswaldo de Souza baseou-se no levantamento de bens que se enquadravam na definição vigente à época: *bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.* Era preciso também correr contra o tempo e preservar aquilo que estava sendo perdido para o tempo, o descaso, a falta de zelo, a falta de cuidado e, principalmente, a especulação imobiliária. (Oliveira, 2024, p. 178-179)

## PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E IDENTIDADE: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA.

O Rio Grande do Norte não é, apenas um Estado que produz sal, algodão e possui inesgotáveis jazidas de xelita. Por que ficarmos tão desvanecidos com a boniteza de nossas praias, onde o forasteiro chega, chupa caju entre goles de “pinga”, e vai embora dizendo ter “conhecido” o Rio Grande do Norte? Os monumentos históricos e artísticos do Estado devem constituir, também, um atrativo para os que nos visitarem. (Souza, 2019, p. 17)

Na referência acima visualizamos outra inquietação presente no trabalho de Oswaldo de Souza. Conforme já mencionado, Souza não estava resumido a proteger e preservar como serviço automático. Preocupações ligadas a memória e identidade estavam presentes nos seus serviços patrimoniais. Isso fica em evidência na introdução do livro de Souza (2019) quando essa visão mais voltada para um turismo patrimonial que envolve memória e identidade salta na apresentação do livro que no original foi um relatório produzido para enviar ao DPHAN como resultado das ações que desenvolveu no estado potiguar.

Dessa maneira, Oswaldo de Souza, a partir de suas ideias no livro, pretendia fortalecer o que podemos chamar de turismo histórico ou patrimonial no Rio Grande do Norte, não limitando essa área aos aportes naturais que aqui existem. É coerente dizer que as experiências pretéritas de Oswaldo de Souza na área da preservação



patrimonial o conduziram a uma maturidade necessária para entender que o propósito de fortalecimento do turismo patrimonial no Estado era necessário. Principalmente no que se refere ao objetivo de tornar o monumento conhecido, compreendido e valorizado, tanto pelos visitantes de outros lugares como pelos moradores locais.

Na biografia de Oswaldo de Souza (GALVÃO, 1988) podemos verificar trabalhos patrimoniais realizados em São Paulo que buscaram esse ideal de turismo histórico patrimonial, como é o caso de Embu das Artes/SP:

Um dia tudo ficou pronto e bem arrumado. Aberto a exposição, as imagens dispostas por todo o recinto do convento devolveram vida e dinamismo de que se ressentia o velho monumento. O povo da vila recebeu a exposição com muito contentamento e aos superiores hierárquicos do SPHAN pareceu que muito apreciou o trabalho, o que se comprovava pelas constantes visitas que para ali convergiam, às vezes até em horários impróprios e feriados. A vila do Embu transformava-se assim em atração turística. E tal foi a repercussão que, um dia, chega por lá um funcionário do Departamento de Estado americano para filmar tudo. (Galvão, 1988, p. 52).

Esse trabalho referente a uma igreja e convento jesuíta do século XVII que tinha sido restaurada pelo *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (SPHAN) e agora Souza seria o zelador patrimonial, foi transformado em ponto de vivência e contato de visitantes. Uma estratégia<sup>30</sup> conduzida por Oswaldo de Souza que naquele lugar deu certo. Uma proposta de aproximação do público junto ao bem material. E vemos Oswaldo de Souza com ideias semelhantes quando chegou no Rio Grande do Norte, porém, o espaço de trabalho era maior, pois aqui não era uma cidade que ele buscava alcançar, mas um Estado inteiro, uma espacialidade maior pra atingir.

Corroborando com essas intenções de tornar os Bens Históricos e Artísticos mais atrativos, conhecidos e valorizados por seus visitantes, Oswaldo de Souza na entrevista do *Memória Viva* (1998), Programa da TV Universitária, reforça essa estratégia discorrendo sobre exposições feitas no Museu do Sobradinho em Natal/RN (MEMÓRIA VIVA, 1998). No mesmo relato ele expõe as dificuldades encontradas,

<sup>30</sup> Na entrevista ao Jornal *O Poti* em 01 de setembro de 1968, Oswaldo de Souza fala sobre esse acervo pessoal e explica os cuidados com a conservação.



isso porque, grande parte do acervo era religioso e a liderança da igreja não concordava com a remoção para ficar numa exposição. Ainda que seja por um curto período de tempo. Souza utilizou muito do seu acervo pessoal nessas exposições. Tais materiais foram adquiridos nas expedições realizadas a outros estados brasileiros<sup>31</sup>.

Essa é apenas uma das dificuldades que Oswaldo de Souza encontrou no ofício de gestor patrimonial no Rio Grande do Norte que ele destacou nos relatórios e também na entrevista citada. Outros obstáculos mencionados foram as grandes distâncias percorridas para encontrar os Bens Históricos e Artísticos, peregrinar um Estado inteiro nos anos de 1960 e 1970 com veículos pouco velozes e estradas não muito bem conservadas. Essas eram razões que dificultavam ainda mais a execução do serviço de mapear e inventariar o máximo possível dos bens culturais do estado potiguar. Por fim, outro relato que dificultou a realização da sua missão foram informações falsas e erradas que faziam Souza e sua equipe não chegarem nos lugares certos, provocando todo um tempo a mais que podia ter melhor uso caso as informações colhidas fossem precisas. Tudo em um período sem internet e com meios de comunicação bastante limitados comparados aos dias hodiernos. É compreensível o fato dessa missão ter durado mais de uma década.

Entretanto, quando pesquisamos estas preocupações de Oswaldo de Souza, é notável que questões de memória e identidade estavam conectadas à prática patrimonial exercida aqui no Estado potiguar. Retomando a ideia já apresentada, ele não estava resumido a proteger e preservar, mas propunha uma estratégia de tornar esses bens conhecidos e isso era uma medida para haver uma valorização e reconhecimento desses itens. É nesse ponto que a memória e a identidade se encaixam para execução dessa medida. Assim, acreditamos que Oswaldo de Souza tinha proposta de conhecimento e construção da identidade e memória norte rio-grandense a partir da prática patrimonial de sua época de trabalho.

Dessa maneira, é plausível compreender a discussão de Michael Pollack sobre o tema memória e identidade:

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos

<sup>31</sup> A correspondência supracitada encontra-se no acervo do Ludovicus – Instituto Câmara Cascudo.



basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (Pollack, 1992, p. 5).

Partindo da concepção teórica de Michael Pollack em *Memória e Identidade social* (1992) de que a memória é uma construção e de que ela contribui no sentimento de identidade, é oportuno pensar que ambos não são algo inato ao ser humano. Semelhante a uma criança que vai aprendendo a caminhar e falar, as memórias e o sentimento de identidade vão sendo construídos. Isso é sensível para a reflexão, principalmente sobre a questão da memória pois podemos compreender que ela é algo escolhido, reservado, que interessa a alguém ou a um grupo e porque o lembrar e o esquecer podem ser propositais. O próprio Pollack diz que “a memória é seletiva” (Pollack, 1992, p. 4).

Pollack ainda discorre sobre os lugares de memória quando estes podem se configurar num espaço propício para a construção do sentimento de identidade de pertencimento a um grupo. Tal situação pode ocorrer tanto no aspecto pessoal quanto coletivo de maneira direta ou por tabela. Vejamos o que Pollack expende:

Locais muito longínquos, fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, podem constituir lugar importante para a memória do grupo, e por conseguinte da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo. (Pollack, 1992, P. 3)

Aglutinando as intenções de Oswaldo de Souza supracitadas e as concepções teóricas de Michael Pollack referente a memória e identidade e lugares de memória, fica notável a intensão de Souza em fazer dos Bens Históricos e Artísticos em lugares de memória fortalecendo uma identidade norte rio-grandense. Tais planos manifestos na introdução do seu livro (2019) e na entrevista (1998) mencionadas reforçam nossa visão teórica sobre a intenção de Souza.



Os monumentos tombados serviriam, ou tentariam servir, na proposta do agente patrimonial, nesses espaços de recordação potiguar, de identificação para seus circulantes. O estrangeiro que ali visitasse sairia com uma noção do que seria uma produção norte rio-grandense. Da mesma forma, seus próprios cidadãos quando viajassem para outros estados teriam um lugar de memória trabalhado pelo departamento de defesa patrimonial para se identificar e comentar a seus companheiros que na sua cidade ou estado, existia um monumento e discorreriam um pouco sobre sua importância para a cidade ou estado.

Por sua vez, Pierre Nora em *Entre memória e história: a problemática dos lugares* (1993) chama atenção para a importância desse lugar de memória. Sua reflexão contribui para entendermos a discussão de Pollack (1992) e as ações de Souza. Para Nora, o lugar de memória é o ponto de aproximação entre memória e história. Pois na visão do autor, a história não é sentida, mas no máximo analisada e estudada. A memória, por sua vez, não é apenas estudada, mas também sentida. Há emoções! E o lugar de memória é esse imbricado que torna a história e a memória mais unida uma à outra. Exemplo da força dos lugares de memória são os espaços traumáticos. Quando estudamos sobre os campos de concentração nazistas, talvez tenhamos apenas uma visão técnica, mas se tivermos a oportunidade de visitar o lugar, é possível que não tenhamos apenas um olhar acadêmico sobre aquelas paredes. Isso porque aquele é um espaço onde história e memória estão conectadas firmemente.

Assim, podemos compreender que os lugares de memória são importantes para um país, estado ou cidade por contribuírem com o fortalecendo do sentimento de identidade, que na visão de Souza nos dias em que chegou no Rio Grande do Norte, sua grande identidade eram os meios naturais. Ele pretendia trazer novas alternativas e amplificar essa projeção de identidade que segundo o entendimento de Pollack é “o sentido da imagem de si, para si e para os outros” (Pollack, 1992, p. 5)

Portanto, Souza propôs colocar os bens patrimoniais para também servir de instrumento de identificação. Nem que seja da maneira descrita por Pollack, por



“tabela” (POLLACK, 1992, p. 3), mas que o conhecimento Patrimonial ganhasse maior fôlego de representação no estado potiguar.

### BENS TOMBADOS POR OSWALDO DE SOUZA.

(1) Na cidade do Natal: uma série de imagens (13 no total) com a classificação de Bem Móvel ou Integrado, a exemplo das imagens de Nossa Senhora das Candeias (2 conjuntos), dos Santos Reis Magos (2), do Senhor Morto (2), de Nossa Senhora das Dores e Nossa Senhora da Conceição (2); 2) na cidade de Caicó: também com essa classificação, as Imagens de Santana e Nossa Senhora do Rosário; 3) na cidade de Arês: com a classificação de Infraestrutura ou Equipamento Urbano, o Portão do Cemitério de Arês, e, 4) na cidade de Touros: com a classificação de Bem Móvel ou Integrado, o Marco Quinhentista que originalmente se encontrava na Praia do Marco e era símbolo de devoção dos pescadores locais. Logo após 1962, nos anos de 1963, 1964 e 1965 teríamos 9 tombamentos promovidos pelo IPHAN: 1) em Natal: na classificação Edificação, a Casa na Rua da Conceição, 601, atual Museu Café Filho (1963) e, também na classificação Edificação, o Palácio do Governo e a Praça Sete de Setembro (1965); 2) em Vila Flor: na classificação Edificações, as ruínas da Casa de Câmara e Cadeia, posteriormente restaurada (1964); 3) em Canguaretama: na classificação Ruína, as ruínas da capela do Engenho do Cunhaú (1964), posteriormente restaurada. Nessa localidade também se encontra tombado um conjunto de imagens sacras (16 unidades), na classificação Bem Móvel ou Integrado, as imagens representando a morte de Nossa Senhora da Boa Morte conservadas na Capela de São José (1964); 4) em Acari: com as classificações de Edificação e Edificação e Acervo, a Casa de Câmara e Cadeia (atualmente Museu Histórico) e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, respectivamente (1964); 5) em São Gonçalo do Amarante: com a classificação Edificação e Acervo, a Igreja de São Gonçalo (1964), e, 6) em São José de Mipibu: na classificação de Bem Móvel ou Integrado, as imagens (num total de 8) de Nossa Senhora das Dores, de São Pedro, de Santana Mestra, de São Joaquim, de Nossa Senhora da Conceição, de Jesus Ressuscitado, de Nossa Senhora do Rosário com Menino Jesus e de São Sebastião e lavabo (1964). (Oliveira, 2024, p. 172-173)

O professor supracitado na referência vem desenvolvendo pesquisas sobre questões de patrimônio cultural na cidade de Natal/RN e no estado do Rio Grande do Norte. De maneira inevitável, quem discute temas patrimoniais precisa visitar as ações de Oswaldo de Souza. Dessa forma, ele descreve os bens tombados durante os anos que Souza esteve como representante do DPHAN/RN. Sua atuação em inventariar,



mapear e buscar o tombamento de alguns bens históricos e artísticos no Rio Grande do Norte foi executada conforme podemos visualizar no texto acima.

O professor faz uma observação pertinente sobre a atuação dos agentes patrimoniais no estado potiguar quando discute que o SPHAN criado em 1937 demorou 12 anos para tombar um bem material no estado Rio Grande do Norte, que foi exatamente o Forte dos Reis Magos no ano de 1949. Depois disso, outros 13 anos para novas práticas de tombamento patrimonial ocorrerem no Estado. Isso nos leva a entender que nesse período existiu um vácuo nas ações patrimoniais no estado, ao menos no sentido de tombamentos. As hipóteses para isso são variadas, desde a falta de interesse no assunto como também, aquele personagem que demonstrou iniciativas patrimoniais, no caso, Luís da Câmara Cascudo, que nesses anos estava se dedicando a outros trabalhos como livros sobre a História do Rio Grande do Norte e produções de cunho cultural que provavelmente não permitiam que o mesmo tivesse o tempo disponível para essas ações patrimoniais nas décadas de 1940 e 1950, deixando esse vácuo nas práticas voltadas a preservação patrimonial.

Essa hipótese de que Câmara Cascudo era uma personalidade interessada nessas questões patrimoniais fica mais evidente quando encontramos uma correspondência remetida por Rodrigo Mello Franco de Andrade, então diretor do SPHAN. Nessa correspondência o diretor escreve sobre o pagamento que Cascudo iria receber por ter realizado o inventário preliminar dos bens históricos e artísticos do Rio Grande do Norte. Esse inventário preliminar era exatamente identificar bens culturais para receberem o instrumento de proteção e preservação, o tombamento, demanda mencionada na comunicação. A correspondência é datada de 10 de novembro de 1939. Esse achado foi importante para nos trazer a reflexão que desde os anos de 1930 e 1940 já existia uma iniciativa de mapeamento dos bens patrimoniais no Estado, todavia, só veio se intensificar na década de 1960 com a chegada de Oswaldo de Souza no Rio Grande do Norte.



Nessa mesma correspondência<sup>32</sup>, Rodrigo Mello escreve sobre a necessidade de realizar tombamentos no Estado, porém, só com um mapeamento eficaz isso seria possível. Esse fato foi constatado nas ações de Oswaldo de Souza, que colocou em prática uma medida pensada há algumas décadas, porém ainda não executada talvez não por falta de iniciativa, mas por falta de pessoal com experiência nessa medida de mapear, solicitar o tombamento e também realizar políticas de reconhecimento da importância desses bens, tal como visualizamos na atuação de Souza.

Portanto, os 13 tombamentos alcançados entre os anos de 1962 e 1965 dentro da gestão de Souza, foram resultados de alguns anos de interesse mútuo, mas sem uma execução eficaz ou falta de pessoal. Todavia, pelas provas já encontradas, não é possível dizer que foi falta de interesse nessa prática patrimonial. Isso ainda pode ser visualizado no Jornal *O POTI* do dia 02 de julho de 1961, quando é feita uma das primeiras referências à chegada de Oswaldo de Souza na cidade de Natal/RN. No artigo, é destacada a necessidade de trabalhos que fortaleçam a organização dos museus e bens culturais da cidade e do estado, demonstrando, assim, que esse era um tema que tinha espaço na imprensa e que precisava de comunicação para o grande público. Além disso, o artigo destaca que Oswaldo de Souza chegava com essa missão de coordenador dos museus e de outros bens culturais no Estado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, nessas últimas considerações gostaríamos apenas de sintetizar as discussões presentes no texto. Assim, para entendermos o foco de inquietação é necessário conhecer o serviço de Oswaldo de Souza nas terras potiguares, e esse era exatamente de realizar o inventário e o mapeamento dos bens históricos e artísticos

<sup>32</sup> Doutorando em História UDESC, bolsista CAPES.

Lattes : <http://lattes.cnpq.br/2487205866924203> E-mail : [mfsilveiras@gmail.com](mailto:mfsilveiras@gmail.com)



presentes no Rio Grande do Norte. Todavia, a partir do serviço em curso percebemos que Souza não ficou limitado a essa função e também buscou trabalhar questões ligadas a construção de uma identidade patrimonial norte rio-grandense a partir do uso da memória e dos lugares de memória. Essa foi a estratégia usada por Souza nessa situação.

A partir disso, utilizamos autores que discutem identidade, memória e lugar de memória para obtermos suporte teórico para discutir a pesquisa em curso. De início usamos Aleida Assman (2011) e Durval Muniz (2011) para compreensão das questões teóricas citadas. Porém, no presente texto ampliamos a discussão teórica para outros autores como Micheal Pollack (1992) e Pierre Nora (1993). Estes deram forte contribuição no que se refere relação memória e identidade (Pollack, 1992) e no entendimento do que é lugar de memória (Nora, 1993). A base teórica nos ajudou a fortalecer o entendimento de que o propósito de Souza em tornar o patrimônio potiguar mais reconhecido passava pela utilização de questões que só comprehendendo a aplicação da memória e dos lugares de memória podem contribuir. Dessa maneira, esses suportes teóricos nos ajudaram a entender as estratégias utilizadas por Souza. Mesmo Souza desconhecendo as inquietações de Pollack (1992) e Nora (1993), é perceptível as inquietações desses três personagens se desenvolvendo na pesquisa em curso.

Ainda podemos acrescentar alguns resultados obtidos como por exemplo, a estratégia utilizada por Oswaldo de Souza para execução dessa construção de identidade norte rio-grandense passava por tornar esses bens materiais conhecidos e isso passava por realizações de exposições no museu do sobradinho em Natal/RN. Essa era uma estratégia já utilizada por Oswaldo de Souza em outros estados brasileiros onde trabalhou na condição de agente patrimonial. Podemos verificar essas ações na biografia de Claudio Galvão *Oswaldo de Souza: O canto do Nordeste* (1988) e também na entrevista concedida ao programa *Memória Viva* (1983) da TV Universitária. Deixando evidente sua intenção de tornar o patrimônio em instrumento



de maior informação, conhecimento e circulação de ideias no estado do Rio Grande do Norte.

## Referência

ALBUQUERQUE Júnior, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes.** 5. ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2011.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação:** formas e transformações da memória cultural Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

CASTRO, John Kennedy Pereira de. **Oswaldo de Souza:** uma abordagem semiológico musical de suas canções à performance da canção de câmara brasileira. (Tese). – Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano.** I – Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHUVA, Márcia. Por uma História da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 34 p. 147-165, 2012.

\_\_\_\_\_. **Os arquitetos da memória:** sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. “Para além da 'pedra e cal': por uma concepção ampla de patrimônio”. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. (orgs.) **Memória e patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A: FAPERJ: UNIRIO, 2003, p. 59-79.

\_\_\_\_\_. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Minc – IPHAN, 2009.

GALVÃO, Claudio Augusto Pinto. **Oswaldo de Souza; o canto do Nordeste.** Rio de Janeiro: FUNARTE, Instituto Nacional de Música, projeto Memória Musical Brasileira, 1988.

**Memória Viva.** Oriano de Almeida e Oswaldo de Souza/ Coordenação Carlos Lyra; entrevistadores: Carlos Lyra, Alvamar Furtado, Vicente Serejo. Natal: EDUFRN, 1998.

Nora, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Tradução: Yara Aun Khoury. Projeto, História, São Paulo, (10), dezembro, 1993.

Oliveira, A. F. B. de. (2024). **O Patrimônio Cultural preservado pelo IPHAN no Rio Grande do Norte e o papel de Oswaldo Câmara de Souza.** *Cadernos Do Tempo Presente*, 15(01), 155–195.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992

RUIVO, Cinthia. **A sincronia no subjetivo:** interação entre pianista e cantor na preparação e na performance das canções de Oswaldo de Souza. (Tese) Universidade Federal do Paraná, 2021.

SOUZA, Oswaldo Câmara de. **Acervo histórico e artístico do Rio Grande do Norte.** Natal: EDUFRN, 2019.

### Fontes:

**Correspondência.** remetente: Rodrigo Mello Franco de Andrade. Destinatário: Luís da Câmara Cascudo. Data de envio: 10 de novembro de 1939. Encontra-se no acervo do Ludovicus – Instituto Câmara Cascudo. Em Natal/RN.

Jornal O POTI 02 de Julho de 1961 p7. <https://memoria.bn.gov.br>. Acesso: 08. 10. 2024

Jornal O POTI em 01 de setembro de 1968. <https://memoria.bn.gov.br>. Acesso: 03. 09. 2024

Decreto-Lei n.º 25 de 30 de novembro de 1937